

SUMÁRIO

PARTE I – TEMAS DE AÇÃO PENAL

1		
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL		35
1.1. CONCEITO.....		35
1.2. REQUISITOS.....		35
1.3. CONDIÇÕES		36
1.4. VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....		36
1.5. COMO PODE CAIR		36
1.6. QUESTÕES		37
2		
AÇÃO PENAL		39
2.1. CONCEITO.....		39
2.2. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA		39
2.3. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO.....		39
2.3.1. Noções introdutórias		39
2.3.2. Natureza jurídica da representação.....		40
2.3.3. Identificação		40
2.3.4. Lesão corporal leve e lesão corporal culposa		40
2.3.5. Titular do direito à representação		40
2.3.6. Prazo		41
2.3.7. Retratabilidade.....		41
2.3.8. Consequências da falta de representação e como pode cair		41
2.4. QUESTÕES.....		42
2.5. AÇÃO PENAL PRIVADA		42
2.5.1. Identificação		42
2.5.2. Titular		42
2.5.3. Prazo para oferecer a queixa-crime		43
2.5.4. Renúncia ao direito de queixa.....		43
2.5.5. Perdão do ofendido.....		43

PARTE II – PEÇAS PROCESSUAIS

PEÇAS IMPRESCINDÍVEIS

1		
QUEIXA-CRIME		49
1.1. IDENTIFICAÇÃO.....		49
1.2. ENDEREÇAMENTO		49

1.3. BASE LEGAL.....	50
1.4. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS	50
1.5. LEGITIMIDADE.....	51
1.6. PRAZO	51
1.7. REQUISITOS DA QUEIXA	51
1.8. PEDIDOS	51
1.9. ROL DE TESTEMUNHAS	52
1.10. ESTRUTURA DA QUEIXA-CRIME.....	52
1.11. PEÇA RESOLVIDA	55

2

RESPOSTA À ACUSAÇÃO	57
----------------------------------	----

2.1. INTRODUÇÃO	57
2.2. DENÚNCIA OU QUEIXA E CAUSAS DE REJEIÇÃO	57
2.3. DA CITAÇÃO	58
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA.....	59
2.5. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA.....	60
2.6. BASE LEGAL.....	60
2.7. PRAZO	60
2.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	61
2.9. PEDIDO.....	64
2.10. PRODUÇÃO DE PROVAS E ROL DE TESTEMUNHAS.....	64
2.11. RECURSOS	64
2.12. ESTRUTURA DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO	65
2.13. PEÇA RESOLVIDA	65
2.14. QUESTÕES.....	67

3

MEMORIAIS	69
------------------------	----

3.1. DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.....	69
3.2. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA.....	69
3.3. BASE LEGAL.....	71
3.4. PRAZO	71
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	71
3.6. PEDIDO.....	76
3.7. ESTRUTURA DOS MEMORIAIS.....	77
3.8. PEÇA RESOLVIDA	77

4

APELAÇÃO	81
-----------------------	----

4.1. CABIMENTO.....	81
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	81
4.3. BASE LEGAL	82
4.4. PRAZO	83
4.5. LEGITIMIDADE DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	83
4.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	84
4.7. PEDIDO.....	88
4.8. ESTRUTURA DO RECURSO DE APELAÇÃO	89
4.9. PEÇA RESOLVIDA	91

5		
CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO		95
5.1. INTRODUÇÃO		95
5.2. IDENTIFICAÇÃO.....		95
5.3. BASE LEGAL.....		96
5.4. PRAZO		96
5.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO		96
5.6. PEDIDOS.....		97
5.7. ESTRUTURA DAS CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO		97
5.8. PEÇA RESOLVIDA		97
6		
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO		101
6.1. INTRODUÇÃO		101
6.2. HIPÓTESES DE CABIMENTO		101
6.3. PRAZO		105
6.4. LEGITIMIDADE.....		106
6.5. EFEITO REGRESSIVO OU JUÍZO DE RETRATAÇÃO		106
6.6. ESTRUTURAÇÃO.....		106
6.7. PEÇA RESOLVIDA		107
6.8. QUESTÕES		109
7		
AGRAVO EM EXECUÇÃO		111
8		
REVISÃO CRIMINAL		113
9		
RELAXAMENTO DA PRISÃO		115
10		
APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO		117
10.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....		117
10.2. BASE LEGAL		118
10.3. PRAZO		118
10.4. CONTEÚDO		118
10.5. ESTRUTURA		118
10.6. PEÇA RESOLVIDA		119
PEÇAS MUITO RELEVANTES		
1		
EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE		123
1.1. INTRODUÇÃO		123
1.2. IDENTIFICAÇÃO.....		123
1.3. BASE LEGAL.....		123
1.4. LEGITIMIDADE PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE		123
1.5. PRAZO		123

1.6. CABIMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	124
1.7. FORMA E COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO	124
1.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	124
1.9. ESTRUTURA.....	124
1.10. PEÇA RESOLVIDA	125

2

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	127
---	-----

2.1. INTRODUÇÃO	127
2.2. IDENTIFICAÇÃO.....	127
2.3. BASE LEGAL.....	127
2.4. CABIMENTO EM MATÉRIA PENAL	127
2.5. PRAZO E PROCESSAMENTO	128
2.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	128
2.7. PEDIDO	129
2.8. ESTRUTURA.....	129
2.9. PEÇA RESOLVIDA – AUTORAL	129

3

DEFESA PRELIMINAR NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	131
--	-----

3.1. INTRODUÇÃO	131
3.2. IDENTIFICAÇÃO.....	131
3.3. BASE LEGAL.....	131
3.4. PRAZO	131
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	132
3.6. ESTRUTURA DA PEÇA.....	132
3.7. PEÇA RESOLVIDA	132

4

DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006)	135
---	-----

4.1. INTRODUÇÃO	135
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	135
4.3. BASE LEGAL.....	136
4.4. PRAZO	136
4.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	136
4.6. ESTRUTURAÇÃO DA PEÇA.....	136
4.7. PEÇA RESOLVIDA AUTORAL	136

5

CARTA TESTEMUNHÁVEL	139
----------------------------------	-----

5.1. CONCEITO.....	139
5.2. BASE LEGAL.....	139
5.3. IDENTIFICAÇÃO.....	139
5.4. PRAZO	139
5.5. CABIMENTO/CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	139
5.6. ESTRUTURAÇÃO DA CARTA TESTEMUNHÁVEL	140
5.7. PEÇA RESOLVIDA ADAPTADA	141

PEÇAS RELEVANTES

1

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	145
1.1. CABIMENTO.....	145
1.2. IDENTIFICAÇÃO.....	145
1.3. BASE LEGAL.....	145
1.4. PRAZO.....	145
1.5. CONTEÚDO.....	145
1.6. EFEITO INTERRUPTIVO.....	145
1.7. ESTRUTURA DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	146

2

QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA	147
2.1. CABIMENTO.....	147
2.2. IDENTIFICAÇÃO.....	147
2.3. BASE LEGAL.....	147
2.4. PRAZO.....	147
2.5. REQUISITOS DA QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA – ART. 41 DO CPP.....	148
2.6. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS.....	148
2.7. VALOR INDENIZATÓRIO MÍNIMO.....	148
2.8. ESTRUTURA.....	148
2.9. PEÇA RESOLVIDA AUTORAL.....	149

3

RAZÕES DE APELAÇÃO	151
3.1. INTRODUÇÃO.....	151
3.2. IDENTIFICAÇÃO.....	151
3.3. BASE LEGAL.....	152
3.4. PRAZO.....	152
3.5. CONTEÚDO.....	152
3.6. PEDIDO.....	152
3.7. ESTRUTURA.....	152
3.8. PEÇA RESOLVIDA.....	153

4

CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	157
4.1. INTRODUÇÃO.....	157
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	157
4.3. BASE LEGAL.....	157
4.4. PRAZO.....	157
4.5. CONTEÚDO.....	157
4.6. PEDIDO.....	157
4.7. ESTRUTURA.....	157
4.8. PEÇA RESOLVIDA.....	158

5**CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO**

161

5.1. INTRODUÇÃO	161
5.2. IDENTIFICAÇÃO.....	161
5.3. BASE LEGAL	161
5.4. PRAZO	161
5.5. CONTEÚDO.....	161
5.6. PEDIDO.....	161
5.7. ESTRUTURA	161
5.8. PEÇA RESOLVIDA AUTORAL	162

6**RECURSO ESPECIAL**

165

6.1. INTRODUÇÃO	165
6.2. IDENTIFICAÇÃO	165
6.3. BASE LEGAL	165
6.4. CABIMENTO/CONTEÚDO	165
6.5. PRAZO, INTERPOSIÇÃO E PROCESSAMENTO	166
6.6. PREQUESTIONAMENTO	166
6.7. DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL.....	166
6.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL	167
6.9. PEÇA RESOLVIDA	167

7**RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

169

7.1. INTRODUÇÃO	169
7.2. IDENTIFICAÇÃO	169
7.3. BASE LEGAL	169
7.4. PRAZO E INTERPOSIÇÃO	169
7.5. CABIMENTO/CONTEÚDO.....	169
7.6. PREQUESTIONAMENTO.....	170
7.7. REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS.....	170
7.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	170

PARTE III – TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL**1****JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA**

175

1.1. JURISDIÇÃO	175
1.2. COMPETÊNCIA.....	175
1.2.1. Espécies de competência.....	176
1.2.2. Critérios de fixação da competência.....	176
1.2.3. Determinação do foro competente.....	177
1.2.4. Competência em crime continuado e crime permanente	177
1.2.5. Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	177

1.2.6.	Competência pela natureza da infração	177
1.2.7.	Competência por distribuição	178
1.2.8.	Causas modificadoras da competência (conexão ou continência)	178
1.2.8.1.	Competência por conexão.....	178
1.2.8.2.	Competência por continência	179
1.2.8.3.	Foro prevalente.....	179
1.2.9.	Da competência por prevenção.....	181
1.2.10.	Da competência por prerrogativa de função	181
1.2.10.1.	Competência do Supremo Tribunal Federal: art. 102, inciso I, alíneas “b” e “c”, CF.....	181
1.2.10.2.	Competência do Superior Tribunal de Justiça: art. 105, inciso I, alínea “a”, CF.....	181
1.2.10.3.	Competência dos Tribunais Regionais Federais: art. 108, inciso I, alínea “a”, CF	181
1.2.10.4.	Competência dos Tribunais de Justiça: art. 96, inciso III, CF	181
1.2.10.5.	Competência para julgar prefeitos municipais: art. 29, inciso X, CF	182
1.2.11.	Competência da Justiça Federal	182
1.2.12.	Competência da justiça militar.....	185
1.2.13.	Competência criminal da justiça eleitoral.....	185
1.2.14.	Justiça política ou extraordinária.....	185
1.2.15.	Restrição ao foro por prerrogativa de função.....	185
1.2.16.	Marco para o fim do foro.....	186
1.2.17.	Crime de moeda falsa	186
1.2.18.	Justiça estadual.....	186
1.3.	QUESTÕES	187
2		
DA PROVA		189
2.1.	INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	189
2.2.	PRESUNÇÕES LEGAIS	189
2.3.	PRINCÍPIOS IMPORTANTES.....	189
2.4.	SISTEMAS DE APRECIÇÃO DAS PROVAS.....	190
2.4.1.	Sistema do livre convencimento motivado.....	190
2.4.2.	Sistema da íntima convicção	190
2.4.3.	Sistema da prova tarifada, da verdade legal ou da certeza moral do legislador.....	190
2.5.	ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO X ELEMENTOS DE PROVA (ANÁLISE DO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	190
2.6.	ÔNUS DA PROVA	191
2.6.1.	Introdução.....	191
2.6.2.	Distribuição	191
2.7.	PODERES INSTRUTÓRIOS DO MAGISTRADO - (ART. 156 DO CPP).....	191
2.8.	PROVAS ILEGAIS, VEDADAS OU PROIBIDAS	192
2.9.	EXCEÇÕES OU LIMITAÇÕES À ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO	193
2.9.1.	Utilização de prova ilícita em favor do réu e em favor da sociedade.....	193
2.10.	PROVAS EM ESPÉCIE	193
2.10.1.	Provas Ilícitas e a Inviolabilidade do sigilo das comunicações.....	193
2.10.1.1.	Comunicações telefônicas.....	193
2.10.1.2.	Interceptação de Dados: (e-mails, MSN, chat, sites etc.)	196
2.10.1.3.	Interceptações Ambientais.....	196
2.10.2.	Sigilo de correspondência - (Art. 5º, inciso XII, primeira parte, da CF/88)	197
2.10.3.	Exame de Corpo de Delito - (Arts. 158 a 184, todos do CPP).....	197
2.10.3.1.	Aspectos Importantes.....	198

2.10.3.2. Outras Perícias.....	198
2.10.4. Cadeia de Custódia.....	198
2.10.5. Interrogatório - (arts. 185 a 196, todos do CPP)	200
2.10.6. Confissão.....	201
2.10.7. Perguntas ao Ofendido.....	202
2.10.8. Prova Testemunhal	202
2.10.9. Reconhecimento de Pessoas e Coisas – Arts. 226 a 228 do CPP	204
2.10.10. Busca e Apreensão – Arts. 240 a 250 CPP.....	204
2.11. QUESTÕES	205

3

EMENDATIO LIBELLI E MUTATIO LIBELLI	207
3.1. INTRODUÇÃO	207
3.2. <i>EMENDATIO LIBELLI</i>	207
3.2.1. Conceito	207
3.2.2. Emendatio libelli e suspensão condicional do processo – art. 383, § 1º, CPP	208
3.2.3. Desclassificação – art. 383, § 2º, CPP.....	208
3.3. <i>MUTATIO LIBELLI</i>	209
3.3.1. Procedimento da mutatio libelli	209
3.3.2. Exclusividade dos crimes de ação pública	209
3.3.3. Impossibilidade de aplicação da mutatio libelli em grau recursal	209
3.4. QUESTÕES.....	209

4

DAS NULIDADES	211
4.1. SISTEMA DA TIPICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	211
4.2. CONCEITO DE NULIDADE	211
4.3. NULIDADE ABSOLUTA E RELATIVA.....	211
4.3.1. Nulidades absolutas.....	211
4.3.2. Nulidades relativas.....	211
4.4. VÍCIOS PROCESSUAIS – ART. 564 DO CPP	212
4.4.1. Jurisdição e Competência – Art. 564, inciso I, do CPP.....	212
4.4.2. Ilegitimidade da Parte - Art. 564, inciso II, do CPP	212
4.4.3. Falta de Atos Essenciais (Falta de Fórmulas ou Termos) – Art. 564, inciso III, do CPP.....	212
4.5. REGULARIZAÇÃO DA FALTA OU NULIDADE DA CITAÇÃO, INTIMAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO – ART. 570 DO CPP	214
4.6. QUESTÕES	215

5

REFORMATIO IN PEJUS	217
5.1. INTRODUÇÃO	217
5.2. RECURSO DA ACUSAÇÃO.....	217
5.3. RECURSO DA DEFESA.....	217
5.4. <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> DIRETA	218
5.5. <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> INDIRETA	218
5.6. QUESTÕES.....	218

PARTE IV – TEMAS DE DIREITO MATERIAL

CONTEÚDOS IMPRESCINDÍVEIS

1		
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA		225
1.1. INTRODUÇÃO		225
1.2. REQUISITOS.....		225
1.2.1. Requisitos objetivos		226
1.2.2. Requisitos subjetivos.....		226
1.3. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM ESPÉCIE		227
1.4. COMO PODE CAIR		230
1.5. QUESTÕES		231
2		
DO CRIME DOLOSO E CULPOSO		233
2.1. DO CRIME DOLOSO.....		233
2.1.1. Dolo direto.....		233
2.1.2. Dolo eventual.....		233
2.2. DO CRIME CULPOSO		234
2.2.1. Introdução.....		234
2.2.2. Modalidades de culpa.....		234
2.2.3. Culpa consciente.....		235
2.3. COMO PODE CAIR		235
2.4. QUESTÕES		235
3		
ITER CRIMINIS		237
3.1. CONCEITO		237
3.2. COGITAÇÃO.....		237
3.3. ATOS PREPARATÓRIOS		238
3.4. EXECUÇÃO		238
3.5. CONSUMAÇÃO		238
3.6. COMO PODE CAIR		239
4		
TENTATIVA		241
4.1. INTRODUÇÃO		241
4.2. ELEMENTOS DA TENTATIVA.....		241
4.3. PUNIBILIDADE E CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA		242
4.4. COMO PODE CAIR		242
5		
DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ		243
5.1. INTRODUÇÃO		243
5.2. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA		243
5.3. ARREPENDIMENTO EFICAZ.....		244
5.4. REQUISITOS.....		244

5.5. CONSEQUÊNCIA.....	245
5.6. COMO PODE CAIR	246
5.7. QUESTÕES	246

6

ARREPENDIMENTO POSTERIOR	247
6.1. INTRODUÇÃO	247
6.2. REQUISITOS.....	247
6.3. CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA.....	248
6.4. COMO PODE CAIR	248
6.5. REPARAÇÃO DO DANO OU RESTITUIÇÃO DA COISA EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS.....	248
6.6. QUESTÕES	248

7

CRIME IMPOSSÍVEL	251
7.1. INTRODUÇÃO	251
7.2. CRIME IMPOSSÍVEL POR INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO	251
7.3. CRIME IMPOSSÍVEL POR IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DO OBJETO	251
7.4. COMO PODE CAIR	252
7.5. QUESTÕES	252

8

ERRO DE TIPO	255
8.1. ERRO DE TIPO ESSENCIAL.....	255
8.1.1. Introdução.....	255
8.1.2. Erro de tipo invencível, inevitável ou escusável	256
8.1.3. Erro de tipo vencível, evitável ou inescusável	256
8.1.4. Como pode cair	257
8.1.5. Questões.....	258
8.2. ERRO DE TIPO ACIDENTAL	258
8.2.1. Erro sobre objeto.....	259
8.2.2. Erro sobre pessoa	259
8.2.2.1. Consequência.....	259
8.2.2.2. Como pode cair	260
8.2.3. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	260
8.2.3.1. Introdução	260
8.2.3.2. <i>Aberratio ictus</i> com unidade simples.....	261
8.2.3.3. <i>Aberratio ictus</i> com resultado duplo.....	261
8.2.3.4. Como pode cair	262
8.2.4. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i>).....	262
8.2.4.1. Conceito.....	262
8.2.4.2. Espécies	262
8.2.4.3. Como pode cair	263
8.2.5. Questões.....	263

9

AS CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	265
9.1. INTRODUÇÃO	265
9.2. ESTADO DE NECESSIDADE.....	265

9.2.1. Conceito	265
9.2.2. Requisitos	266
9.2.3. Causa de diminuição da pena	267
9.2.4. Excesso	268
9.3. LEGÍTIMA DEFESA	268
9.3.1. Conceito	268
9.3.2. Requisitos	268
9.3.3. Excesso	270
9.4. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	270
9.4.1. Conceito	270
9.4.2. Destinatário da excludente.....	271
9.4.3. Dever legal	271
9.5. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	271
9.5.1. Conceito	271
9.5.2. Alcance	271
9.5.3. Algumas hipóteses de exercício regular de um direito	271
9.6. COMO PODE CAIR	272
9.7. QUESTÕES	273

10

DAS CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	275
10.1. INTRODUÇÃO	275
10.2. INIMPUTABILIDADE.....	276
10.2.1. Introdução.....	276
10.2.2. Da inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	276
10.2.2.1. Consequências do reconhecimento da inimputabilidade	277
10.2.3. Da inimputabilidade por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior	277
10.3. MENORIDADE PENAL	278
10.4. FALTA DE POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE – ERRO DE PROIBIÇÃO.....	278
10.4.1. Introdução.....	278
10.4.2. Erro de proibição	279
10.4.3. Efeitos: erro de proibição inevitável e evitável	279
10.4.4. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição	281
10.5. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	281
10.5.1. Introdução.....	281
10.5.2. Coação moral irresistível.....	281
10.5.3. Obediência hierárquica.....	282
10.6. COMO PODE CAIR	283
10.7. QUESTÕES.....	283

11

TEORIA DA PENA	285
11.1. INTRODUÇÃO	285
11.2. DA FIXAÇÃO DA PENA	285
11.2.1. Primeira fase - Fixação da pena-base e circunstância judiciais.....	286
11.2.2. Segunda fase da fixação da pena	287
11.2.2.1. Circunstâncias agravantes.....	287
11.2.2.1.1. <i>Da reincidência</i>	288
11.2.2.2. Circunstâncias atenuantes	290

11.2.3. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes Genéricas	293
11.2.3.1. Introdução	293
11.2.3.2. Concurso entre reincidência e confissão espontânea	293
11.2.3.3. Concurso entre reincidência e menoridade relativa	294
11.2.4. Terceira fase da aplicação da pena: causas de aumento e de diminuição da pena	294
11.2.4.1. Diferença entre causas de aumento e circunstâncias qualificadoras	294
11.3. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA	295
11.3.1. Crimes apenados com reclusão	295
11.3.2. Crimes apenados com detenção	296
11.3.3. Regime inicial nos crimes hediondos e equiparados	296
11.4. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	296
11.4.1. Natureza jurídica	296
11.4.2. Requisitos objetivos	297
11.4.2.1. Em relação aos crimes dolosos	297
11.4.2.2. Em relação aos crimes culposos	297
11.4.3. Requisitos subjetivos	298
11.4.4. Substituição da pena restritiva x tráfico ilícito de entorpecentes	299
11.5. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (SURSI)	299
11.5.1. Conceito	299
11.5.2. Requisitos objetivos	299
11.5.3. Requisitos subjetivos	299
11.6. QUESTÕES	300

12

DA PRESCRIÇÃO	303
12.1. CONCEITO	303
12.2. ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO	303
12.3. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO	304
12.4. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	305
12.4.1. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ou propriamente dita	305
12.4.1.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	305
12.4.1.2. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	306
12.4.1.3. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	307
12.4.1.4. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	309
12.4.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	314
12.4.2.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa	315
12.4.2.2. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do Procedimento do Tribunal do Júri	315
12.4.2.3. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes do Procedimento do Tribunal do Júri	318
12.4.3. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	318
12.4.3.1. Pressupostos	319
12.4.3.2. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva superveniente	319
12.4.3.3. Hipótese de incidência da prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	319
12.5. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	320
12.5.1. Termos iniciais	321
12.5.2. Causas interruptivas	322
12.5.3. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	323
12.5.4. Algumas hipóteses de incidência da prescrição da pretensão executória	323
12.6. QUESTÕES	324

CONTEÚDOS MUITO RELEVANTES

13

DO CONCURSO DE PESSOAS	329
13.1. CONCEITO.....	329
13.2. DA AUTORIA.....	329
13.3. DA PARTICIPAÇÃO.....	330
13.3.1. Formas de participação.....	330
13.3.2. Participação impunível.....	330
13.3.3. Participação posterior ao crime.....	330
13.4. REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS.....	331
13.5. PUNIBILIDADE DO CONCURSO DE PESSOAS.....	332
13.6. COMUNICABILIDADE DAS ELEMEN-TARES E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME.....	333
13.7. EFEITO EXTENSIVO.....	333
13.8. QUESTÕES.....	333

14

DO CONCURSO DE CRIMES	335
14.1. INTRODUÇÃO.....	335
14.2. CONCURSO MATERIAL.....	335
14.3. CONCURSO FORMAL.....	336
14.4. CONCURSO MATERIAL BENÉFICO.....	337
14.5. CRIME CONTINUADO.....	337
14.6. QUESTÕES.....	338

15

DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS	341
15.1. INTRODUÇÃO.....	341
15.2. CONFLITO APARENTE DE NORMAS X CONCURSO DE CRIMES.....	341
15.3. PRINCÍPIOS PARA DIRIMIR O CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	342
15.3.1. Princípio da especialidade.....	342
15.3.2. Princípio da subsidiariedade.....	342
15.3.2.1. Subsidiariedade expressa.....	342
15.3.2.2. Subsidiariedade tácita.....	343
15.3.3. Princípio da consunção ou da absorção.....	343
15.3.3.1. Introdução.....	343
15.3.3.2. Hipóteses de incidência do princípio da consunção.....	344
15.3.4. Princípio da alternatividade.....	345

CONTEÚDOS RELEVANTES

16

CRIMES OMISSIVOS	349
16.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	349
16.2. CRIMES OMISSIVOS PRÓPRIOS.....	349
16.3. CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS OU COMISSIVOS POR OMISSÃO.....	349

16.3.1. Introdução.....	349
16.3.2. Pressupostos.....	350
16.3.3. Hipóteses do dever de agir para evitar o resultado.....	350
17	
DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE OU NEXO CAUSAL	353
17.1. CONCEITO.....	353
17.2. ESPÉCIES.....	353
17.2.1. Causas absolutamente independentes.....	353
17.2.1.1. Consequências das causas absolutamente independentes.....	354
17.2.2. Causas relativamente independentes.....	355
17.2.2.1. Efeitos das causas relativamente independentes.....	357
17.2.2.2. Efeitos das causas supervenientes que se encontram dentro da linha do desdobramento da conduta.....	357
17.3. QUESTÕES.....	358
18	
DESCRIMINANTES PUTATIVAS	359
18.1. INTRODUÇÃO.....	359
18.2. ESPÉCIES.....	359
18.3. CONSEQUÊNCIAS.....	360
18.4. SÍNTESE.....	361
19	
ERRO PROVOCADO POR TERCEIRO	363
20	
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	365
20.1. INTRODUÇÃO.....	365
20.2. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 107 DO CP.....	365
20.3. CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DO ART. 107 DO CP.....	365
20.3.1. Morte do agente.....	365
20.3.2. Da anistia, graça e indulto.....	366
20.3.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (abolitio criminis).....	367
20.3.4. Prescrição, decadência e preempção.....	367
20.3.4.1. Decadência.....	367
20.3.4.2. Preempção.....	367
20.3.5. Da renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada.....	368
20.3.5.1. Renúncia ao direito de queixa.....	368
20.3.5.2. Perdão do ofendido.....	369
20.3.6. Da retratação do agente.....	369
20.3.7. Perdão judicial.....	370
20.3.7.1. Conceito.....	370
20.3.7.2. Natureza jurídica.....	370
20.3.7.3. Extensão.....	370

PARTE V – PROCEDIMENTO DO JÚRI E PEÇAS PROCESSUAIS DO JÚRI**1****PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI**

373

1.1. INTRODUÇÃO	373
-----------------------	-----

2**RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI**

375

2.1. IDENTIFICAÇÃO.....	375
2.2. BASE LEGAL.....	375
2.3. PRAZO	375
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA	375
2.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	375
2.6. PEDIDO	376
2.7. ESTRUTURA	376
2.8. PEÇA RESOLVIDA	376

3**MEMORIAIS**

379

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	379
3.2. IDENTIFICAÇÃO	379
3.3. BASE LEGAL.....	380
3.4. PRAZO	380
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	380
3.6. DO PEDIDO	383
3.7. ESTRUTURAÇÃO	383
3.8. PEÇA RESOLVIDA	384

4**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA**

387

4.1. INTRODUÇÃO	387
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	387
4.3. BASE LEGAL.....	388
4.4. PRAZO	388
4.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	388
4.6. DO PEDIDO	392
4.7. ESTRUTURA DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	392
4.8. PEÇA RESOLVIDA	393

5**SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI**

397

5.1. PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO JÚRI.....	397
5.2. DESAFORAMENTO: ART. 427, CPP.....	397
5.2.1. Conceito	397
5.2.2. Interesse da ordem pública	397
5.2.3. Dúvida sobre a imparcialidade do júri.....	397
5.2.4. Segurança pessoal do réu	397

5.2.5. Iniciativa do desaforamento	397
5.2.6. Suspensão do julgamento pelo relator.....	398
5.2.7. Inadmissibilidade do pedido de desaforamento.....	398
5.2.8. Excesso de serviço: art. 428, CPP	398
5.3. AUSÊNCIA DO DEFENSOR: ART. 456, CPP.....	398
5.4. AUSÊNCIA DO ACUSADO: ART. 457, CPP	398
5.5. IMPRESCINDIBILIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA: ART. 461, CPP.....	398
5.6. SUSPENSÃO DOS TRABALHOS PARA CONDUÇÃO COERCITIVA OU ADIAMENTO DA SESSÃO	398
5.7. INFRUTÍFERA CONDUÇÃO COERCITIVA.....	398
5.8. REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO, INDEPENDENTEMENTE DA INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA ARROLADA...	399
5.9. PREPARO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA: ART. 462, CPP.....	399
5.10. ABERTURA DOS TRABALHOS: ART. 463, CPP	399
5.11. AUSÊNCIA DE QUÓRUM: ART. 464, CPP	399
5.12. REUNIÃO PRÉVIA DO JUIZ COM OS JURADOS: ART. 466, CPP	399
5.12.1. Conceito	399
5.12.2. Incomunicabilidade dos jurados.....	399
5.12.3. Manifestação da opinião acerca do processo.....	399
5.12.4. Fiscalização da incomunicabilidade durante o julgamento.....	400
5.12.5. Certidão do oficial de justiça	400
5.13. FORMAÇÃO DO CONSELHO DE SEN-TENÇA: ART. 467, CPP.....	400
5.14. RECUSAS MOTIVADAS E IMOTIVADAS: ART. 468, CPP	400
5.15. SEPARAÇÃO DO JULGAMENTO: ART. 469, CPP.....	400
5.16. ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO OU INCOMPATIBILIDADE: ART. 470, CPP	401
5.17. ESTOURO DA URNA: ART. 471, CPP	401
5.18. INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO: ART. 473, CPP.....	401
5.19. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO: ART. 474, CPP	401
5.20. DOS DEBATES: ART. 476, CPP.....	402
5.20.1. Correlação entre acusação e pronúncia.....	402
5.20.2. Manifestação inicial do querelante.....	402
5.21. LIMITE DE TEMPO PARA AS PARTES: ART. 477, CPP	402
5.22. REFERÊNCIAS PROIBIDAS: ART. 478, CPP	402
5.23. DO QUESTIONÁRIO E SUA VOTAÇÃO: ARTS. 482 E 483, CPP.....	402
5.24. SENTENÇA: ART. 492, CPP	403
5.25. EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA NO JÚRI: ART. 492, INCISO I, ALÍNEA “E”, 2ª PARTE, CPP	404

6

APELAÇÃO DAS DECISÕES DO PLENÁRIO DO JÚRI	405
6.1. IDENTIFICAÇÃO	405
6.2. BASE LEGAL	405
6.3. PRAZO	405
6.4. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	406
6.5. PEDIDO	407
6.6. ESTRUTURAÇÃO	407
6.7. PEÇA RESOLVIDA	408
6.8. QUESTÕES.....	410

PARTE VI – TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL**1**

TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL	413
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	413
1.1. Aplicação da Lei de Execução Criminal	413
1.2. Princípio da individualização da pena: Art. 5º, inciso XLVI, CF/88 – fase executória.....	414
2. DETRAÇÃO PENAL	414
2.1. Conceito	414
3. REGIMES PRISIONAIS E MODIFICAÇÃO DO REGIME DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA	414
3.1. Considerações gerais	414
4. UNIFICAÇÃO DE PENAS.....	415
4.1. Considerações gerais	415
5. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: ART. 52, LEP	416
5.1. Alterações significativas ocorreram em virtude da aplicação da Lei nº 13.964/19 (Pacote Anticri-me).....	416
6. PROGRESSÃO DE REGIME	417
6.1. Introdução	417
6.2. Requisitos para Progressão de Regime.....	417
6.3. Falta grave e Progressão de Regime	419
6.4. Progressão de Regime especial para mulheres.....	420
6.5. Progressão para o regime aberto	420
6.6. Progressão de regime e crimes contra administração pública.....	420
6.7. Exame criminológico	420
7. REGRESSÃO DE REGIME	421
7.1. Considerações gerais	421
8. PRISÃO DOMICILIAR	422
8.1. Considerações gerais	422
9. REMIÇÃO DA PENA	422
9.1. Considerações gerais	422
10. PERMISSÃO DE SAÍDAS E SAÍDA TEMPORÁRIA	423
10.1. Considerações gerais	423
11. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA.....	423
11.1. Considerações gerais	423
12. LIVRAMENTO CONDICIONAL	424
12.1. Introdução.....	424
12.2. Requisitos	424
12.2.1. Requisitos objetivos.....	424
12.2.2. Requisitos subjetivos	425
12.3. Hipóteses de revogação do Livramento Condicional	425
12.4. Suspensão do Livramento Condicional	425
12.5. Extinção do Livramento Condicional.....	426
13. QUESTÕES	426

2

AGRAVO EM EXECUÇÃO	429
2.1. IDENTIFICAÇÃO.....	429
2.2. BASE LEGAL.....	429

2.3. PRAZO	429
2.4. CONTEÚDO/PLANEJAMENTO EXTRA-TÉGICO.....	430
2.5. EFEITOS.....	430
2.6. PEDIDO	430
2.7. ESTRUTURA.....	430
2.8. PEÇA RESOLVIDA	431

PARTE VII – TEMAS DE PRISÃO PROCESSUAL

1

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	437
1.1. INTRODUÇÃO	437
1.2. DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	437

2

PRISÃO EM FLAGRANTE	439
2.1. INTRODUÇÃO	439
2.2. ESPÉCIES DE FLAGRANTE	439
2.3. OUTRAS VARIAÇÕES DAS ESPÉCIES DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....	440
2.4. PROCEDIMENTO PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	442
2.5. GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DO PRESO	443
2.6. PROVIDÊNCIAS JUDICIAIS AO RECEBER O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....	443
2.6.1. Relaxamento da prisão.....	445
2.6.1.1. Identificação.....	445
2.6.1.2. Base legal.....	445
2.6.1.3. Conteúdo	445
2.6.1.4. Estrutura da peça relaxamento de prisão.....	446
2.6.1.5. Peça resolvida	446
2.6.2. Liberdade provisória	448
2.6.2.1. Introdução	448
2.6.2.2. Identificação.....	448
2.6.2.3. Base legal	448
2.6.2.4. Conteúdo	448
2.6.2.5. Liberdade provisória x tráfico ilícito de entorpecentes.....	449
2.6.2.6. Liberdade provisória x proibição do art. 310, § 2º, CPP	450
2.6.2.7. Estruturação	450
2.6.2.8. Peça resolvida	450

3

PRISÃO PREVENTIVA	453
1. CONCEITO.....	453
2. LEGITIMAÇÃO.....	453
3. PRESSUPOSTOS	454
3.1. Fumus commissi delicti	454
3.2. <i>Periculum libertatis</i> : Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.....	454
4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA	456
5. FUNDAMENTAÇÃO.....	457

6.	REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	458
6.1.	Identificação	458
6.2.	Base legal	458
6.3.	Conteúdo.....	458
6.4.	Estrutura	458
6.5.	Peça resolvida	458
7.	RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	461
7.1.	Identificação	461
7.2.	Base legal.....	461
7.3.	Conteúdo.....	461
7.4.	Estrutura de pedido de relaxamento da prisão preventiva	461

4

PRISÃO TEMPORÁRIA	463	
1.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	463
2.	HIPÓTESES PARA A DECRETAÇÃO	463
3.	HIPÓTESES	463
4.	DECRETAÇÃO POR AUTORIDADE JUDICIAL	464
5.	PRAZO	464
6.	PROCEDIMENTO	464
7.	REVOGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	465
7.1.	Identificação	465
7.2.	Base legal.....	465
7.3.	Conteúdo.....	465
7.4.	Estrutura de pedido de revogação da prisão temporária	465
8.	RELAXAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	466
8.1.	Introdução.....	466
8.2.	Base legal.....	466
8.3.	Identificação	466
8.4.	Conteúdo.....	466
8.5.	Estrutura de pedido de relaxamento da prisão temporária.....	467

PARTE VIII – AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1

HABEAS CORPUS	471	
1.1.	CONCEITO.....	471
1.2.	BASE LEGAL.....	471
1.3.	ESPÉCIES	471
1.4.	LEGITIMIDADE ATIVA	471
1.5.	LEGITIMIDADE PASSIVA	471
1.6.	ADMISSIBILIDADE.....	471
1.7.	COMPETÊNCIA	472
1.8.	JULGAMENTO E EFEITOS	473
1.9.	ESTRUTURA DO <i>HABEAS CORPUS</i>	473
1.10.	PEÇA RESOLVIDA	473

2

REVISÃO CRIMINAL	475
2.1. INTRODUÇÃO	475
2.2. IDENTIFICAÇÃO.....	475
2.3. BASE LEGAL.....	475
2.4. CABIMENTO/CONTEÚDO.....	475
2.5. REVISÃO E EXTINÇÃO DA PENA	476
2.6. LEGITIMIDADE.....	476
2.7. ÓRGÃO COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA REVISÃO CRIMINAL.....	477
2.8. LIMINAR.....	477
2.9. PEDIDOS.....	477
2.10. ESTRUTURA DA REVISÃO CRIMINAL	477
2.11. PEÇA RESOLVIDA	478

3

MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL	481
3.1. CONCEITO.....	481
3.2. IDENTIFICAÇÃO	481
3.3. BASE LEGAL.....	482
3.4. PRAZO	482
3.5. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA	482
3.6. COMPETÊNCIA.....	482
3.7. ESTRUTURA	482
3.8. PEÇA RESOLVIDA	483

PARTE IX – TREINAMENTO DE PEÇAS

TREINAMENTO DE PEÇAS	487
1. QUEIXA-CRIME.....	487
2. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	495
3. MEMORIAIS	502
4. RECURSO DE APELAÇÃO.....	509
5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	516
6. MEMORIAIS DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	523
7. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA.....	530
8. AGRAVO EM EXECUÇÃO	537
9. REVISÃO CRIMINAL	544
10. RELAXAMENTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	551
11. APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI.....	558
12. APELAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	565
13. EMBARGOS INFRINGENTES	572
14. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	579
15. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	586
16. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	593
17. DEFESA PRELIMINAR – FUNCIONÁRIO PÚBLICO.....	600
18. DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS	607

19.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	614
20.	RAZÕES DE APELAÇÃO.....	621
21.	CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	628
22.	CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	635

PARTE X – TREINAMENTO DE QUESTÕES

TREINAMENTO DE QUESTÕES	645
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES	645

PARTE XI – PADRÃO DE RESPOSTAS

TEMAS DE AÇÃO PENAL	789
1. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	789
2. AÇÃO PENAL	789

PEÇAS PROCESSUAIS	791
2. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	791
6. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	791

TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL	793
1. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	793
2. DA PROVA	794
3. <i>EMENDATIO LIBELLI E MUTATIO LIBELLI</i>	797
4. DAS NULIDADES.....	798
5. <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	799

TEMAS DE DIREITO MATERIAL	801
1. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	801
2. DO CRIME DOLOSO E CULPOSO.....	802
5. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	803
6. ARREPENDIMENTO POSTERIOR	804
7. CRIME IMPOSSÍVEL	805
8. ERRO DE TIPO	806
8.1. Erro de tipo essencial	806
8.2. Erro de tipo acidental	807
9. EXCLUDENTES DE ILICITUDE	808
10. EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	809
11. TEORIA DA PENA.....	811
12. DA PRESCRIÇÃO	813
13. CONCURSO DE PESSOAS	815
14. CONCURSO DE CRIMES	816
17. DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE OU NEXO CAUSAL	818

PROCEDIMENTO DO JÚRI	819
6. PROCEDIMENTO DO JÚRI	819

TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL	821
1. TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL	821
TEMAS DE PRISÃO PROCESSUAL	825
4.2. RELAXAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	825

PARTE XII – PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS

PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS	829
--------------------------------------	-----

PARTE XIII – PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES

PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES	933
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1048